



O IMAGINARIO SINCRÉTICO DA RELIGIÃO AFRO BRASILEIRA DO ENSINO RELIGIOSO EM ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL CELSO MALCHER DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM DO PARÁ

Kátya Cecilia de Melo

Mestrado Acadêmico em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Igarapé-Açú, Belém, Pará, Brasil.

katya.semtps@hotmail.com

Dra. Maria Bárbara da Costa Cardoso

Mestrado Acadêmico em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Igarapé-Açú, Belém, Pará, Brasil.

barbara.costa@csfx.org.br

Resumo: Esse artigo traz como problemática investigar situações recorrentes de [PRE]conceito e intolerância religiosa decorrentes da ausência de um debate no currículo de ensino religioso sobre as matrizes africanas, objetivo dessa pesquisa, na Escola Estadual Celso Malcher, *lôcus* do estudo. Essa intencionalidade traz como objetivos descrever o imaginário social dos elementos religiosos de matrizes africanas; identificar os diferentes elementos do sincretismo religioso; propor estratégias e atividades pedagógicas que visem o fortalecimento de uma cultura de paz, de respeito às diferenças e meio ambiente. Trata-se de um estudo afrodescendente de enfrentamento da intolerância religiosa, que fortalece o processo de resistência, uma vez que esse sentimento de ódio às diferenças, representa um retrocesso histórico, uma caça aos orixás, que macula toda e qualquer tentativa política de reparação social no Brasil, pois tenta desqualificar a cultura de matriz afrodescendente como constitutiva de um currículo sustentável e reparador. Como metodologias foram aplicadas as pesquisas bibliográficas, de campo e documental, que permitiram perceber que, após algumas atividades em ambiente escolar, os índices de *bullying* contra a cultura afro diminuíram bastante, o que deixa claro a necessidade de um fortalecimento das políticas públicas e de educação ambiental.

Palavras-chave: Intolerância religiosa, Matriz Africana, Educação Ambiental, Currículo, Escola Pública.

1. Introdução

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (Munanga, 2005, p. 17).

Um significativo número de alunos regularmente matriculados na Escola Estadual Celso Malcher, Bairro Terra Firme, Belém do Pará, frequenta e/ou faz parte de Comunidades Religiosas de Matriz Africana, tais como Terreiros de Umbanda e Mina Nagô, religiões que preservam uma sintonia ancestral com os orixás conectados ao meio ambiente, esses alunos,



desconhecendo o imaginário e a força do sincretismo da fé que professam e de seu alcance sustentável que tais manifestações religiosas imprimem em suas vidas, entram em conflitos de identidade pessoal e social diante da predominância das expressões religiosas cristãs, sendo por vezes, submetidos a situações de descriminação, [PRE]conceito religioso e consequente segregação, situação agravada pelo fato de não saberem externar seus sentimentos de resistência, luta e empoderamento, singularidades do sincretismo religioso que permeia o imaginário cultural das religiões de matrizes africanas que possuem nos elementos da natureza sua força mística, diante disso é extremamente necessário

capacitar profissionais da área da educação a fim de contribuírem para a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Colaborando, dessa forma, para a promoção da educação para as relações étnico-raciais (ERER) na Educação Básica e ampliando as relações entre universidade, escola e sociedade em busca da consolidação de um projeto político pedagógico antirracista. (Santos, 2023, p. 10).

Ao iniciar uma luta política por reparação social/racial, o Brasil, com a implementação das Leis de nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003¹ e de nº 11.645 de 10 março de 2008², fez surgir o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira³; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola⁴ e o Estatuto da Igualdade Racial⁵, esta última, com intenção de reafirmar, de forma mais detalhada, aquilo que a CF-88 em seu Art. 3, inciso XLI, parece não deixar claro - diante da insistência de ocorrências de racismo, injúrias raciais e preconceitos em geral – “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). Já o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010), como primeiro passo à reforma do currículo escolar, segue, em suas disposições preliminares, dizendo:

Art. 1º - Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou

¹ BRASIL. Lei 10.639/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 10 ago 2024.

² BRASIL. Lei 11.645/2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 10 ago 2024.

³ BRASIL. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10206-15-plano-nacional-de-implementacao-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-dasrelac/file>. Acesso em 10 ago 2024.

⁴ BRASIL. MEC/SECADI. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em 10 ago 2024.

⁵ BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 10 ago 2024.



privada; II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica (Brasil, 2010).

Nesse sentido, faz-se relevante e necessário que o currículo, propiciado no desenvolvimento curricular das escolas, em especial a Celso Malcher, Bairro da Terra Firme, região metropolitana de Belém do Pará, represente pedagógica e recorrentemente expressões religiosas contra o assédio moral, à luz das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, visto que no entorno da escola existe uma grande quantidade de Comunidades, Terreiros de Umbanda e Mina Nagô existentes no Bairro da Terra Firme que fazem seus cultos e enaltecem a vida afro em sintonia com o meio ambiente. Nessa intenção, esse artigo, voltou o olhar ao componente curricular ensino religioso na intenção de responder: Como o sincretismo religioso, presente no imaginário das religiões de matrizes Africanas de Umbanda e Mina Nagô, nos Terreiros do Bairro da Terra Firme, podem minimizar os impactos recorrentes de [PRE]conceitos na vida escolar dos alunos? Como esse sentimento de respeito às diferenças contribuem para um discurso sustentável? Segundo a Carta Magna da Umbanda, documento que veio a público no ano de 2013, firmado por elementos significativos da religião afro no Brasil que, desde então, está debatendo dentro e fora do âmbito religioso diversas questões, entre elas preservação do meio ambiente e preconceitos raciais, a umbanda

não aceita o preconceito étnico e racial. O preconceito racial é antes de tudo, uma demonstração de atraso espiritual e desconhecimento das Leis Divinas. Aquele que diminui ou persegue o irmão pela cor da pele ou por qualquer outra característica étnica, viola a regra de ouro presente nas mais diversas tradições espirituais e religiosas (Isaia, 2019, p. 127).

Para isso é necessário atentar aos objetivos dessa pesquisa e descrever o imaginário social dos elementos religiosos de matrizes africanas, sem desconectá-los de uma educação ambiental, uma vez que os Orixás possuem ligação com algum elemento da natureza, como por exemplo Oxalá: ligado ao ar, a atmosfera; Obaluaê: ligado às palhas; Nanã: solo fertilizado; Xangô: pedreiras, rochas; Ogum: santo guerreiro relacionado ao ferro; Iemanjá: Mar; Iansã: tempestade, ventania, raios e trovões; Oxum: cachoeiras; Oxóssi: Matas. Identificar os diferentes elementos do sincretismo religioso e propor estratégias e atividades pedagógicas que visem o fortalecimento de uma cultura de paz, de respeito às diferenças e ao mesmo tempo ao meio ambiente, justifica a intervenção pedagógica no currículo da disciplina de ensino religioso na unidade de ensino, *lócus* desse estudo.

Como eixo norteador desse artigo ficou claro que é extremamente importante atuar nas situações recorrentes de [PRE]conceito e intolerância religiosa decorrentes da ausência de um debate adequado, no currículo da disciplina, sobre as matrizes africanas na Escola Celso Malcher, como forma de minimização dos impactos culturais na vida dos alunos, melhorando a convivência entre as diferentes tribos que formam a unidade escolar, mostrando que fé e meio ambiente podem e devem viver juntos. Após relacionar, no primeiro semestre de 2024, em ambiente escolar, os Orixás aos fenômenos naturais, é fácil compreender o quanto a natureza, espaço sagrado para as religiões de matrizes africanas, sofre também com o preconceito em espaços escolares, uma vez que alunos preconceituosos estavam alimentando uma visão equivocada da realidade religiosa que os cerca, onde o currículo tradicional parece não ajudar muito a combater. Para isso, foi necessário chamar à discussão e desenvolver projetos



pedagógicos que humanizaram e sensibilizaram os educandos, deixando claro que todos precisam atuar para preservar culturas, tradições e meio ambiente, independente da fé professada.

2. Fundamentação teórica

De início peço permissão, força e proteção às falanges da religião Umbanda ao provocar essa reflexão, com intuito de enaltecer a religião como força cultural e de resistência.

Hino da Umbanda
(Autor desconhecido)

Refletiu a luz divina
Com todo seu esplendor
É no reino de Oxalá
Aonde há paz e amor
Luz que refletiu na terra
Luz que refletiu no mar
Luz que veio de Aruanda
Para nos iluminar
A Umbanda é paz e amor
Um mundo cheio de Luz
É força que nos dá vida
E a grandeza nos conduz
Avante, filhos de fé
Como a nossa lei não há
Levando ao mundo inteiro
A bandeira de Oxalá

Atualmente é observável na sociedade um preconceito generalizado em relação às religiões afro-brasileiras. No contexto escolar, um grande número de adolescentes, oriundos das religiões de matriz-africana, passam por situações constrangedoras devido sua profissão religiosa. Esse cenário se agrava com as constantes manifestações de intolerância dirigidas por determinados segmentos vinculados às expressões religiosas de cunho cristão de Igrejas católica e evangélicas, especialmente Neo-pentecostais (Silva, 2015).

Assim é muito recorrente admoestações religiosas deflagradas por líderes religiosos que se dedicam a escrever livros e apresentarem programas de televisão com o intuito óbvio de “desqualificar e demonizar a experiência do sagrado nas religiões brasileiras de matrizes africanas” (Santos, 2001, p. 16), atingindo com isso toda uma sensibilidade ecológica que existe entre o meio ambiente e as religiões de matrizes africanas, em diversos espaços, entre eles a escola básica, berço de desconstruções de paradigmas que certamente contribuiriam satisfatoriamente para uma melhor qualidade de vida em sociedade, uma vez que respeitar a cultura africana significa educar para o meio ambiente.

Diante desse cenário, tornou-se oportuno enfatizar que, além das ações afirmativas que já vinham sendo empreendidas na escola em decorrências das constantes lutas sociais e intervenções políticas dos poderes públicos nos meios sociais, se fez necessário repensar a organização e modelo curricular do Ensino Religioso, com base legal prevista na CF-88, art. 210 e LDB/1996, art. 33 alterado pela Lei 9.475. Essa educação religiosa precisa ser ministrada



de modo imparcial e técnica, com profissionais qualificados, que tratem a diversidade cultural e religiosa de maneira humanizada e sustentável.

Com a promulgação da Lei 10.639/03, marco legal na luta por respeito às diferenças e fortalecimento da resistência, o combate por uma educação humanizada no âmbito da escola Celso Malcher, se intensificou, debates, rodas de conversas, de tambor e trabalhos de pesquisa foram realizados por alunos do 8º ao 9º anos, onde haviam maiores índices de preconceito, um cenário de perseguição generalizado em todos os espaços escolares, as intervenções pedagógicas auxiliaram na redução das ocorrências de intolerância, visto que, todo o trabalho girava em torno da religião africana e como essa manifestação religiosa fala de meio ambiente, discrepâncias históricas, religiosas e culturais que passaram a ter seus alicerces corroídos por um currículo diferenciado e carregado de subjetividades [A]létnicas que aprisionam e condicionam à conceitos regulatórios heteronormativos, a cultura do branco, hetero e cristão. Um contra senso que vai no sentido contrário do descaso quanto ao cumprimento das políticas de reparações sociais no currículo escolar. Para Santos (2019, p. 23-24), fica evidenciado uma “ausência de ‘atividades periódicas, com participação das redes das escolas públicas e privadas, exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

Ora, o sincretismo religioso, além de falar do homem e da natureza, agrega diferentes expressões étnicas, quando levado para dentro de sala de aula e para a legislação educacional, taí a necessidade em debater, na sala de aula, esses elementos que sinalizam expressões e/ou culturais ancestrais que falam e defendem o meio ambiente. Ao suscitar a possibilidade de revisitar o currículo de ensino religioso em um cenário de preconceito na escola Celso Malcher, foi possível romper a fronteira do ódio às diferenças, em nome de uma cultura que respira diversidade e sustentabilidade no Bairro da Terra Firme, trata-se de uma educação que tencionou humanizar a discursão em relação às ocorrências de intolerância religiosa no trato da vivência das religiões de matrizes africanas na vida escolar de seus alunos e alunas, em prol de uma cultura de paz, promoção social e educação ambiental.

3. Metodologia

A pesquisa científica revelou-se nesse estudo um leque de possibilidades e informações, sua utilização possibilitou ampliar o entendimento do tema abordado para uma contextualização atualizada. A utilização de uma metodologia adequada tornou-se extremamente importante, já que deu o norte do empenho epistemológico, para esse estudo foram escolhidas as pesquisas bibliográfica, de campo e documental por permitirem um contato maior do pesquisador com o tema, uma vez que a análise dessas fontes favoreceu a observação da investigação, agregando, em seu percurso metodológico indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Cellard, 2008, p. 295).

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.



Essas metodologias justificam essa vivência pelos inúmeros estudos desenvolvidos, trata-se de um rigor acadêmico da investigação científica que leva tempo, exigiu dedicação e atenção por parte de quem a utilizou. Esse artigo teve a intenção de buscar no conhecimento adquirido através dessas fontes o caminho percorrido até a informação desejada. Para Boccato (2006, p. 266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A pesquisa bibliográfica foi uma etapa fundamental para elaboração desse estudo. Para Lima e Mioto (2007), essa etapa não pode ser aleatória, por esse motivo ela implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções atentas à finalidade da pesquisa. Segundo esses autores quando um estudo é bem desenvolvido pode gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. Para Gil (1999, p. 43), a principal vantagem desse estudo bibliográfico reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de inúmeros fenômenos pouco explorados, “tornando-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Essa vantagem tornou-se particularmente importante quando o problema de pesquisa exigiu dados muito dispersos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fenômenos passados se não com base em dados bibliográficos, convém, porém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, estudando-as e examinando-as cuidadosamente.

A maioria das pesquisas realizadas com base em material impresso pode ser classificada como bibliográfica, todavia, há importantes pesquisas elaboradas exclusivamente mediante documentos outros que não aqueles localizados em bibliotecas. Essa metodologia, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas, que depende de muitos fatores científicos, como a elaboração do problema da pesquisa, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto, objeto, *locus*, *corpus* onde se desenvolverá o estudo, etc. Essas etapas, entendidas não como um roteiro rigoroso que se deva seguir, sob pena de comprometer irremediavelmente o trabalho, mas sim como um roteiro, entre outros, elaborado com base na experiência de seu autor, enriquecida com a experiência de outros autores nesse campo.

Fica assim claro que o levantamento bibliográfico foi de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa. Todavia, essa metodologia exigiu da pesquisadora uma reflexão crítica acerca do assunto estudado, de forma tal que foi possível identificar controvérsias entre os diferentes autores, identificar abordagens teóricas relevantes para o estudo e, optar por uma abordagem teórica capaz de fundamentar a produção científica. O estudo bibliográfico instiga estudantes e/ou professores/pesquisadores a refletirem sobre as



etapas de seus estudos, uma vez que essa metodologia de estudo, possibilita o desenvolvimento do objeto pesquisado, problematizando hipóteses.

Trata-se de um método que trouxe importantes contribuições para esse estudo, pois seu atravessamento metodológico perpassou a relação do pesquisador com o problema investigado. Essa metodologia foi sem dúvida uma técnica privilegiada de investigação dos saberes e das práticas pedagógicas da Escola Celso Malcher, pois permitiu reconhecer na pesquisa, construções e representações coletivas da vida escolar, um processo que consistiu no permanente engajamento do pesquisador em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais, históricos, educacionais, curriculares e ambientais.

Já a Pesquisa de Campo, trouxe em si a necessidade do diálogo e de uma educação democrática, onde todos puderam ter vez e voz, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos e afetivos. Nisso consistiu essa metodologia de pesquisa, uma vez que, os fenômenos constitutivos do cotidiano, são impregnados de complexidades outras que dinamizam a vida social, fazendo dela uma rede de experiência dialética que desafia qualquer escrita, por mais criteriosa que possa se apresentar.

Por ser tratar de cotidianos, a pesquisa evitou se isolar, mas se instigar a carregar processos de investigação, visando tornar conhecido o desconhecido, ao enfrentar os limites encontrados pelo rigor acadêmico, no percurso traçado pelo pesquisador na escola, na sociedade, no currículo e vida educacional dos educandos, o que conferiu à escrita aspectos teóricos e práticos da vida social e ambiental das religiões de matrizes africanas que certamente auxiliará na caracterização do problema, do objeto, dos pressupostos, das teorias e do percurso metodológico desse estudo para o futuro.

Essa intencionalidade exigiu a participação do pesquisador na condução do processo metodológico escolhido, para que as experiências do campo revelassem aspectos importantes de uma aprendizagem sustentável à luz das religiões de matrizes africanas, do conhecimento científico, bem como atores sociais outros, sujeitos participantes de um plano conceitual de investigação do conhecimento.

Já a pesquisa documental auxiliou a extrair de documento sentidos, significados, soluções de problemas, resoluções de objetivos, de modo geral, conhecimentos alinhados à execução, resolução e desenvolvimento de uma pesquisa, o que permitiu a construção e reconstrução de conceitos de forma diversificada, contextualizada e contemporânea, permitindo a construção de teses ao melhorar a aprendizagem, possibilitando a construção de uma ação pedagógica crítica diante dos fenômenos que se apresentam com a pesquisa.

Os achados, proporcionado pela pesquisa documental, funcionaram como fontes repletas de indícios e informações, possibilitando o entendimento acerca das diversas dimensões e aspectos da vida em sociedade, uma vez que “o documento é a matéria-prima” do pesquisador (Amâncio *et al.*, 2010, p. 35), por isso a verificação da autenticidade de um documento é extremamente importante. Para Silva *et al.*, (2009, p. 4556), os documentos achados mostram “o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço”. Para Amâncio *et al.* (2010, p. 41), o pesquisador deve, pautado nos achados, sempre analisar, selecionar e elaborar hipóteses, para só então, realizar comparações e decidir se a fonte merece crédito ou não quanto à pesquisa proposta. A pesquisa documental foi, no contexto da escola Celso Malcher, uma importante ferramenta de investigação científica uma vez que busca compreender um fenômeno em seu ambiente natural.



Para Bravo (1991), as experiências humanas materializam-se nos documentos e é através destes que determinadas sociedades – complexas em suas essências e aspectos sociais, podem ser explicadas, evidenciando suas maneiras de viver, formas de agir, ideias e modos de pensar, o que permite uma ressignificação do que é apresentado ao pesquisador, independentemente do tipo de fonte. Essas fontes documentais mostram que, a pesquisa documental, auxilia no entendimento histórico, cultural e científico de uma comunidade e/ou de um fenômeno (social ou natural), esclarecendo ou levantando mais dúvidas sobre fatos do passado. Para Godoy (1995, p. 21) “a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas”. Já para Silva *et al.* (2009, p. 4558) deve haver, em meio à execução deste tipo de estudo, uma interação direta entre o pesquisador, a delimitação de seu estudo e a pesquisa documental assumindo, deste modo, que a pesquisa documental possa “ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico”.

Assim, mais do que um estudo sobre pessoas, grupos, escolas, o desenvolvimento de um estudo bibliográfico, com pesquisa de campo e auxílio de documentos deu, a esse artigo, uma vasta possibilidade quanto à produção científica ora observadas ora aprendidas pela imersão do pesquisador no campo de estudo, o que lhe propiciou descobrir a maneira de viver e as experiências dos indivíduos, frente os mecanismos educacionais empregados nas ações didáticas e educativas na escola *lócus* do estudo. Nesse sentido essas metodologias revelaram-se importantes instrumentos de estudo já que permitiram apreender e compreender, observando a realidade educacional da Escola Celso Malcher, a grandiosidade de luta contra os crimes de intolerância religiosa, defesa do Meio Ambiente e fortalecimento da cultura de paz através do currículo de ensino religioso.

3. Resultados

Houve uma diminuição considerável nos ataques racistas aos alunos de professam as religiões de matrizes africanas, estes se sentiram mais confortáveis a falar de sua crença e do quanto ela é importante para sensibilizar quanto à preservação do meio ambiente através de um discurso sustentável. O componente curricular Ensino Religioso passou a fazer mais palestras e oficinas que aproximaram alunos aversos às religiões afros, deixando-os mais seguros e sensíveis ao movimento de reconhecimento e valorização dessa fé.

4. Conclusões

A desconstrução dessa ideologia racista, da colonialidade do ser que acomete os herdeiros das tradições culturais afro-brasileiras, exigiu muito estudo, muita discussão, muitos elementos históricos, muitos esforços, muitas parcerias e estratégias e o reconhecimento dessas ações concretas de luta desenvolvidas por estudantes de coragem e fé aliada à gestão escolar e currículo de Ensino religioso, onde a interligação com ancestrais e o cuidado deles com os filhos e seu habitat natural explicaram o valor da fé e a necessidade de continuidade, razão e motivação para a resistência, já que a ancestralidade reside na tradição afrodescendente e essa recriação da tradição em ambiente escolar é baseada na reverência e no culto a essa ancestralidade.



Como lembra Mãe Ceci⁶, “antes de vocês nascerem, os escravos já tinham nascido já estavam nos navios negreiros, deportados, escravizados, comprados, dizimados, trucidados, vendidos, [...] massacrados, sofridos e morreram, mas nunca negaram sua cor e nem sua verdade religiosa. O ensino religioso nas escolas, sobretudo um ensino religioso baseado em um pensamento excludente, racista e cristão, jamais poderá dar conta da complexidade de culturas e histórias ancestrais que conformam o pensamento presente nas religiões de matriz africana. Nesse sentido, tendemos a concordar com Mãe Ceci em sua postura contrária ao ensino religioso nas escolas: a laicidade da escola permite desvelar a forma como essa instituição está sedimentada sobre solo cristão e colonial. A ancestralidade não cabe na lógica moderna. Isso justifica a necessidade de reforma curricular e a reconstrução de novas histórias, lutas, resistências e ações pedagógicas inclusivas das diferenças.

5. Referências bibliográficas

AMÂNCIO, Silvia Maria; PRIORI, Ângelo; IPÓLITO, Verônica Karina. Documentos: a ampliação dos materiais de pesquisa utilizados pela historiografia. In: PRIORI, Ângelo (Org.). **Introdução aos estudos Históricos**. Maringá: Eduem, 2010.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 10 ago 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 24 de ago. de 2024.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DUARTE JR. João Francisco: **Por que Arte Educação?** Ed. Papyrus, 2009, edição 19º Coleção Agerê.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

⁶ file:///C:/Users/O%20Rei%20do%2010%20-%20PCM02/Downloads/Tese%20PosCult%20IHAC%20UFBA%20Fernando%20Batista%20dos%20Santos%20vers%C3%A3o%20final%2024.07.2024.doc.pdf.



ISAIA, Artur Cesar. **Direitos humanos e diálogo com o século XXI na Carta Magna da Umbanda**. Revista História : Debates e Tendências (Online), vol. 19, núm. 1, 2019, Janeiro-Abril, p. 124-134.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

SILVA, Ana Célia da. “A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático”, GOMEZ, Nilma Lino. “Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação”. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola** . 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. **O Ensino Religioso no currículo escolar**. Diálogo – Revista de Ensino Religioso, São Paulo, ano VI, n. 22, p. 9-12, mai. 2001.

SANTOS, Sabrina Iara Bandeira dos. **Os Desafios para a Educação Étnico-Racial: experimentos em uma escola pública de Ensino Médio da Região Metropolitana de Porto Alegre**. TCC (Trabalho de conclusão de curso) de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

SILVA, Lidiane R. C. da; DAMACENO, Ana D.; MARTINS, Maria da Conceição R.; SOBRAL, Karine M.; FARIAS, Isabel M. S. Pesquisa Documental: Alternativa investigativa na formação docente. **Anais IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, p. 4554-4566, 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves (org.) **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.